

# DA MODERNIDADE À PÓS-MODERNIDADE: A MEMÓRIA E AS TEORIAS SOCIOLOGICAS

Rogério José de Almeida

*Resumo:* O conceito de memória há tempos vem sendo discutido pelos diversos campos dos saberes disciplinares como a sociologia, política, antropologia, história e filosofia. A memória social é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas. Ela inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o conhecimento científico e tecnológico. Porém, muito negligenciada pela sociologia, a memória se apresenta como conceito chave, muito importante para muitos dos objetos investigados pelos sociólogos. Entretanto, a discussão desse conceito, mesmo estando claramente inserido no bojo das macroteorias sociológicas de forma implícita, não aparece de forma aprofundada nos estudos realizados dos objetos empíricos. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, o presente artigo tem por objetivo analisar o lugar do conceito de memória em cada uma das macroteorias sociológicas apresentadas, desde a sociologia clássica com Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, passando pela sociologia contemporânea com Talcott Parsons e Pierre Bourdieu e, por fim, pensando a respeito do futuro do conceito de memória com a sociologia da pós-modernidade.

*Palavras-chave:* Crítica; Esquecimento; Teoria social.

*Abstract:* The concept of memory to time is being discussed by the various disciplinary fields of knowledge such as sociology, political, anthropology, history and philosophy. The social memory is responsible for the structuring of social systems, ie the establishment and maintenance of interactive and institutional patterns, also the underlying scientific and technical operations. It includes reminiscences, attitudes, feelings, social rules and norms, standards, cognitive, scientific and technological knowledge. However, much neglected by the sociology, the memory is presented as key concept, very important for many of the objects studied by sociologists. However, the discussion of this concept, even though they are clearly inserted in the midst of sociological macrotheories by implication, not shown in detail in studies of empirical objects. Through a literature search, this article aims to analyze the place of the concept of memory in each of the sociological macro-theories presented, from the classic sociology with Émile Durkheim, Max Weber

and Karl Marx, from contemporary sociology with Talcott Parsons and Pierre Bourdieu, and finally thinking about the future of the concept of memory with the sociology of post-modernity.

*Keywords:* Critique; Forgetting; Social theory.

## 1 INTRODUÇÃO – ENTENDENDO O CONCEITO DE MEMÓRIA

A corrente filosófica criada por Heráclito acreditava que as pessoas sempre estão mudando. “Não se pode entrar duas vezes no mesmo rio, pois ele já não será o mesmo, nem você”. Há nesse caso a problemática do devir, uma vez que tudo está em constante transformação. A partir do que se pensa ou realiza alguma coisa, no instante mesmo já os indivíduos já se modificam. A organização da vida cotidiana, os relacionamentos e às coisas sensíveis não são eternas, mas estão em constante transformação.

Parmênides, na esteira da crítica contrária afirmou que ninguém poderia ser duas coisas ou ainda uma coisa diferente a cada instante de sua vida. Mesmo que os pensamentos do indivíduo ou ainda sua fisionomia externa e os aspectos biológicos celulares se alterem, a sua essência continuaria a mesma, já que “o ser é, o não ser, não é”.

Nos dois casos citados, tirando o fato que o tratamento ontológico da questão vem primeiro, pode-se notar a ausência do indivíduo que registra, ou seja, o indivíduo capaz de armazenar fisiologicamente e psicologicamente os fatos com os quais se depara na sua vida cotidiana. A esse registro dá-se o nome de memória.

Nessa questão, os filósofos Heráclito e Parmênides não trabalham com a idéia de memória como forma do indivíduo se organizar e se mover nos meandros da vida cotidiana. Pegando o exemplo do rio, se uma pessoa se banha num rio de águas perigosas, embora depois de um tempo as águas não sejam as mesmas no rio, o registro psicológico e consciente vai fazer com que essa pessoa faça a opção por não mais banhar nesse rio. Nesse caso, a pessoa se modificou por causa da memória e, mais importante, para ela o rio continuará sendo o mesmo rio de águas perigosas.

Tirando a discussão e a metáfora ontológica posta no exemplo acima, a idéia que se desenvolve aqui é a de que, se o ser se transforma constantemente, ou ainda, se ele se transforma, mas a essência continua a mesma, não se pode negligenciar as experiências vivenciadas pelos indivíduos, os símbolos adquiridos, ou seja, tudo que o indivíduo armazena e que o faz guiar na vida em sociedade.

Pode-se dizer que até o presente momento do desenvolvimento das ciências, as teorias sociológicas negligenciaram a importância dos objetos investigados passarem por um exame da idéia de memória. Na história, por exemplo, é uma discussão acalorada. Segundo Sorgentini (2003), a vinculação entre a reflexão sobre a memória e a autoreflexão da história se apresenta num espaço propício para delinear ferramentas analíticas adequadas para enfrentar uma série de

questões centrais do debate atual sobre a conformação e transmissão das memórias coletivas, dentre elas: a trama de continuidades e mudanças que conformam as tradições, as dificuldades cognitivas de aproximação, registro e transmissão de experiências vividas e recordadas como radicalmente traumáticas pelos sujeitos envolvidos, a possibilidade e limites do conhecimento sistemático para dar conta da perspectiva das vítimas, a dimensão ética intrínseca ao problema da reconstrução histórica, etc.

Mas, o que vem a ser memória? Somente um ato de recordar coisas do passado? Ou uma forma de recordar e de readquirir idéias ou imagens? Tratando o conceito assim, é claro que se limita muito a idéia de memória. Para Sorgentini (2003), estudar a memória importa não só em virtude de uma análise dos aspectos controversos de um acontecimento do passado, mas para pensar os mecanismos de afirmação de uma determinada ordem social no presente a partir de uma contínua resignificação do passado.

De acordo com Pollack (1989), a memória não é um conjunto uniforme e compacto de lembranças, incorporando disputas, busca de legitimidade e reconhecimento. Assentando essa afirmação, Halbwachs (2004) identifica que a própria memória é seletiva na designação do que é necessário ou não lembrar no sentido de legitimação.

A memória não se separa dos processos sociais e práticas efetivadas por agentes. Ela permeia todo o universo social, sendo algo político, uma idéia de algo que está em constante negociação nas relações sociais. As memórias afirmam grupos, identidades e denegam outros pela omissão (Halbwachs, 2004).

Na perspectiva de Domingues (1999), a memória não pode existir sem o corpo humano e outros suportes materiais, mas não se reduz a eles. Ela não é necessariamente semântica nem deveria ser vista como uma cópia da realidade guardada no cérebro. A memória é sempre uma construção, uma percepção, sentimentos de uma memória organizada mediante imagens ou linguisticamente.

Em certa medida individual e subjetiva, a memória é sempre mediada pelas relações sociais. Segundo Domingues (1999), as idéias de interação e dialética são desenvolvimentos cruciais na direção de uma teoria da memória. Nesse sentido, pode-se afirmar que:

A memória social é responsável pela estruturação dos sistemas sociais, ou seja, pelo estabelecimento e manutenção de padrões interativos e institucionais, subjazendo também a operações técnicas e científicas. Ela inclui reminiscências, atitudes e sentimentos, regras sociais e normas, padrões cognitivos, o conhecimento científico e tecnológico, assumindo formas ideais e materiais que se encontram concretamente imbricadas e que podem ser separadas apenas analiticamente. A memória social provê os padrões para a estruturação do "imaginário", isto é, para a dimensão expressiva, cognitiva e normativa da vida social, para o desenvolvimento das relações sociais e para o intercâmbio material dos sistemas sociais com a natureza. Ela fornece também os padrões para a estruturação de sua dimensão espaço-temporal, sua configuração – coesão mais demarcação – e ritmos – de reprodução e mudança. A recursividade da vida social depende dela (DOMINGUES, 1999, p. 4).

As teorias sociológicas macro sempre deixaram de lado o conceito de memória. Embora esse conceito não figure entre as teorias macros de explicação da vida social, este com certeza, está presente em todas elas. Nesse sentido, se delinea o objetivo deste artigo, que é situar o lugar da memória em cada uma das teorias sociológicas apresentadas, desde a sociologia clássica, passando pela sociologia contemporânea e pensando a respeito do futuro com a sociologia da pós-modernidade.

Não é objetivo discutir os limites ou avanços de cada teoria sociológica em relação ao conceito de memória, mas sim, de identificar em cada teoria o ponto central em que se poderia adentrar e discutir a idéia de memória.

Para tanto, o presente artigo está estruturado em quatro partes: A primeira parte é uma mescla de introdução com a discussão geral sobre o conceito de memória. A segunda parte situa a idéia de memória na Sociologia Clássica, especificamente com Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx. A terceira parte identifica a discussão de memória na Sociologia Contemporânea com Talcott Parsons e Pierre Bourdieu. E, por fim, na quarta parte discute-se o lugar da memória nas Teorias sociológicas da Pós-Modernidade.

## 2 A MEMÓRIA E AS TEORIAS SOCIOLOGICAS CLÁSSICAS

Em uma palestra, o professor Gabriel Cohn<sup>2</sup> empreendeu uma analogia acerca do pensamento do sociólogo francês Émile Durkheim com relação aos indivíduos e a sociedade, segundo a qual, a vida seria como se todos estivessem em um aquário: os peixes seriam os indivíduos e o aquário, a sociedade, ou seja, num aquário tudo já está colocado em seu devido lugar, todas as plantas, as pedras. O aquário, assim como a sociedade cerca os indivíduos por todos os lados. O que restaria para os peixes é simplesmente viver, pois tudo já foi pré-estabelecido.

De certa forma, é assim que se dá a relação entre os indivíduos e a sociedade para Durkheim. Durante toda a vida, os indivíduos encontram uma série de pré-determinações já estabelecidas e impostas pela sociedade, pois eles nascem com os “fatos sociais”<sup>3</sup> já constituídos. Grande parte das crenças, dos costumes, normas e regras morais, enfim, as maneiras de ser e de agir que a sociedade impõe já se encontram arraigadas nas consciências dos indivíduos. Os que nascem, são condicionados a internalizarem essas normas de conduta.

Nesse ponto da teoria durkheimiana pode-se identificar claramente como a idéia de memória está embutida e como se dá sua vinculação na explicação sociológica. O que está arraigado nas consciências dos indivíduos é justamente a memória. Essa consciência é composta tanto de fatos de muitos e muitos anos atrás quanto de experiências inéditas, criadas e vivenciadas ao longo de suas vidas em sociedade. Vale lembrar que uma nova consciência só aparece quando está passa para a consciência da coletividade, assim está se falando de uma memória coletiva.

Nesse caso não é uma memória de lembrança do que se pode ou não fazer em sociedade, mas algo além, uma memória ligada diretamente com a idéia de consciência. A socialização dos membros da sociedade só tem sua eficácia porque a memória internaliza os fatos e, conseqüentemente, guia os indivíduos nas relações sociais.

A sociedade ou coletividade não se dá apenas da simples soma de todas as consciências particulares, ou mesmo até, das ações e sentimentos de cada indivíduo. Contudo, a associação dessas consciências particulares engendra um novo ser, diferente e externo àquelas consciências particulares, algo independente e acima de qualquer indivíduo, que se manifesta como um fato objetivo.

Pode-se dizer isso em outras palavras, as consciências particulares, unindo-se e fundindo-se, dão origem a uma realidade nova que é a consciência coletiva. A sociedade então se constitui em um fenômeno *sui generis*, sendo que este novo ser possui peculiaridades que lhes são distintas das encontradas nas consciências dos indivíduos. Nesse sentido, a consciência coletiva é:

Algo mais que um simples epifenômeno de sua base morfológica, da mesma forma que a consciência individual é algo mais que uma simples eflorescência do sistema nervoso. Para que a primeira se manifeste, é preciso que se produza uma síntese *sui generis* das consciências particulares. Ora, essa síntese tem por efeito criar todo um mundo de sentimentos, de idéias, de imagens que, uma vez nascidos obedecem a leis que lhes são próprias (DURKHEIM, 1996, p. 468).

Se as características de constituição de uma sociedade se dão dessa forma, a memória, nesse sentido, é uma “memória coletiva”, objetivada na vida cotidiana. Se o foco da análise se recai sobre a coletividade, então a instituição de regras morais de conduta e normas é uma internalização de fatos, uma gama de saberes incorporados e articulados pela memória coletiva.

A criança desde seu nascimento é condicionada para seguir as regras morais de conduta, todos os indivíduos passam por uma socialização. Um exemplo é uma criança que não pede para ser batizada ou mesmo decide se quer seguir algum dogma religioso. Contudo, os pais devotos condicionam-na para seguir tal regra moral (o que não quer dizer que a criança vá seguir essa regra no futuro, mas que a regra continuará acima dela, sendo geral, independente e coercitiva), sendo que os pais também um dia foram condicionados. Os saberes vão sendo transmitidos de geração em geração formados pelas representações coletivas, ou seja, por uma memória coletiva.

Talvez se tenha a impressão de que a sociedade é algo intocável, que só coage e impõe, ou que nunca se desestrutura. Porém, segundo Durkheim, a mudança na sociedade é algo concebível. Os indivíduos não ficam estáticos diante dos fatos sociais. Com toda a pressão contrária que a sociedade impõe, mesmo assim, os indivíduos podem ter um comportamento inovador frente aos fatos sociais. O que vem a dizer que mesmo que sempre vá haver uma memória coletiva acima e dentro da mente dos indivíduos, esta tem a capacidade de se alterar com o tempo.

Retornando a analogia do aquário feita pelo professor Gabriel Cohn, só falta dizer que os peixes não conseguem (porque não possuem memória), diferentemente dos indivíduos,

modificarem as estruturas pré-estabelecidas. Portanto, na obra de Durkheim, os indivíduos podem viver em um aquário constituído de fatos sociais, mas esse aquário pode ser modificado, isso só é possível porque os indivíduos são constituídos fisiologicamente, psicologicamente e sociologicamente pela memória.

O sociólogo alemão Max Weber preconiza uma metodologia individualista, já que para ele o agente individual seria o único portador real de sentido. Cada fenômeno social ou cultural só poderia ser compreendido e ter sua origem explicada a partir da referência a agentes sociais. Como se sabe, o ponto de partida de toda sociologia weberiana reside na “ação social”<sup>4</sup> e no postulado de que a sociologia é uma ciência compreensiva. Assim, a sociologia pretende compreender interpretando a ação social.

Nas palavras de Weber, a sociologia significa: “uma ciência que pretende compreender interpretativamente a ação social e assim explicá-la causalmente em seu curso e em seus efeitos” (2000, p. 3). Contudo, deve-se atentar para o fato de que normalmente as motivações da ação não se apresentam de maneira clara para o indivíduo, e que, muitas vezes nem sequer é uma ação consciente.

A idéia de memória aqui se inverte no momento em que o foco de análise passa a ser o indivíduo e não a coletividade. Somente o próprio indivíduo pode atribuir um significado a sua ação. Isso vem mostrar que a memória é dinâmica, já que as relações sociais também são dinâmicas, mas com certa estruturação das relações.

Se uma mesma ação de um indivíduo pode ter inúmeros significados sociais, significa dizer que ele não tem só uma memória padronizadas e coletiva, mas sim uma gama de memórias que podem aparecer também em contextos sociais de interação diferenciados no mundo social.

Um conceito importante para se entender como a memória se insere na teoria weberiana é o de compreensão (*Verstehen*), que significa “uma apreensão interpretativa do sentido ou da conexão de sentido” (2000, p. 6). Para a sociologia compreensiva, os comportamentos dos atores são interpretados como sendo dotados de uma propriedade de intencionalidade e, por conseguinte, como tendo a condição de “ações”. A memória é constantemente transformada na vida cotidiana. Essa propriedade de mudança constante e seu registro psicossocial dos símbolos e significados fazem com o que o indivíduo possa compreender os motivos de sua ação.

O que Weber está interessado em explicar com sua sociologia compreensiva é o desenvolvimento das relações entre os indivíduos, ou seja, das “relações sociais”<sup>5</sup>, sempre fazendo referência às intenções e motivações subjetivas desses indivíduos. Assim, a ação social do indivíduo constitui o limite e o único portador de um comportamento dotado de um sentido subjetivo.

Portanto, a organização da vida social para Weber é mediada por símbolos e significados socialmente atribuídos. Os indivíduos se movem em sociedade tendo como referência essa mediação. Assim, pode-se dizer que a memória está ligada diretamente a esses símbolos e significados, na verdade é por causa da existência de uma memória (não de uma simples lembrança) que as ações sociais são possíveis.

A memória na teoria sociologia de Weber pode ser entendida como uma espécie de “memória subjetiva” que procura articular certa padronização das relações sociais, pois em cada contexto social uma mesma ação pode também mudar de significado, ou um mesmo símbolo pode ser interpretado de forma diferente pelo indivíduo que pratica a ação social. O que o indivíduo traz, ou que se chama de memória, seja de gerações passadas, de sua socialização ou do que assistiu no dia anterior na televisão são meios para decidir o significado a ser atribuído a uma determinada ação social.

O cientista social alemão Karl Marx sofreu forte influência do pensamento filosófico hegeliano, que concebia a história como um movimento dinâmico e progressivo, processando-se segundo leis dialéticas<sup>6</sup>. Há também em seu pensamento a identificação de vários estágios do processo histórico. Hegel pressupõe a existência de um espírito abstrato se desenvolvendo e definindo os rumos da história da humanidade. Portanto, em sua concepção idealista, Hegel concebe um espírito da humanidade, ao contrário de tratar o homem apenas como integrante do real.

Nesse ponto, Marx inverte essa forma idealista de pensar a história, advogando uma concepção materialista da história. Marx (1965) parte do pressuposto de que somente os indivíduos reais, atuando sobre suas condições materiais de existência, fazem a história. Desta forma, Marx procura explicar que a formação das idéias decorre da prática material, e não, ao contrário, como diria Hegel, que explicava a prática a partir das idéias.

Pelo método de análise marxista pode-se entender e identificar como a idéia de memória aparece nos seus escritos. É na prática material da vida cotidiana que vão se construindo as memórias. Se for o ser social que determina as idéias, é também o ser social e suas condições materiais de existência que vão determinar o que o indivíduo vai deixar registrado na sua consciência e, mais além, determinar a memória que vai guiar o indivíduo em suas relações em sociedade. Isso vai determinar sobremaneira até em qual classe social o indivíduo deve vir a pertencer.

Assim, segundo Marx (1999), o motor que empurra a transformação social é a luta de classes, na qual a classe dominante procura conservar o *status quo* e as classes sociais exploradas buscam transformá-lo. Com relação ao modo de produção capitalista, a burguesia ao consolidar esse modo de produção, criou juntamente as condições para o surgimento da classe que iria desenvolver a revolução social rumo à próxima fase do desenvolvimento histórico, que é o proletariado.

Essa afirmação só é possível pela constatação da dialética que é intrínseca a todos os fenômenos sociais. Dessa forma, concebe-se que a memória nos indivíduos também é transformada de forma dialética. A vinculação a uma classe determinada só é possível quando há uma convergência de memórias ou uma memória coletiva que una os indivíduos numa causa em si. No caso para Marx o objetivo seria fazer a revolução para se chegar ao próximo estágio do desenvolvimento histórico da humanidade: o comunismo.

E dessa sociedade comunista que se engendraria, se criaria uma estrutura nova, onde não haveria diferenças de classes e toda a produção estaria concentrada nas mãos dos indivíduos associados, com poder público perdendo seu caráter político. Então, segundo Marx e Engels, “no lugar da sociedade burguesa antiga, com suas classes e antagonismos de classe, teremos uma associação, na qual o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos” (1999, p. 44).

Ficam algumas questões: Nesse ponto acabaria o processo natural que é a dialética? Não haveria mais negação da realidade? A memória não mais se modificaria de forma dialética? Sem passar para outra perspectiva de análise sociológica, essas respostas não podem ser respondidas.

O que pode identificar em Marx é uma idéia de construção e reconstrução das relações entre os indivíduos e os fenômenos sociais ligados ao seu método de análise materialista e dialético. Assim seria uma espécie de “memória materialista e dialética” já que ela é engendrada das condições materiais de existência e é transformada pela negação constante da realidade.

### 3 A MEMÓRIA E AS TEORIAS SOCIOLÓGICAS CONTEMPORÂNEAS

O sociólogo americano Talcott Parsons (1969) trata dos sistemas de ação, que são a estrutura e os processos aonde os seres humanos formam intenções significativas, portanto, simbólicas ou culturais. O principal interesse de Parsons é estudar os sistemas de interação, que constituem o sistema social. Assim, pretende criar uma macrosociologia baseada na lógica da razão impessoal, transcendendo dessa forma a escolha racional.

Dando uma ênfase ao sistema de ação, pode-se identificar a idéia de memória em Parsons justamente na intencionalidade significativa do ser humano. Assim como em Durkheim há uma estrutura acima do indivíduo, no caso da teoria parsoniana são sistemas e subsistemas por onde transitam os indivíduos e que o fazem viver em sociedade. Sobre isso, o autor utiliza um esquema de quatro sistemas de ação: o sistema social (integração), o sistema de personalidade (realização de objetivo), o sistema cultural (manutenção de padrão) e o sistema de organismo (adaptação), que correspondem aos quatro imperativos funcionais necessários a todo sistema.

O funcionalismo estrutural parsoniano se embasa em alguns pressupostos: Os sistemas têm como característica a ordem e interdependência das partes, que tendem a um equilíbrio e ordem que se mantém por si só, os sistemas podem ser estáticos ou entrar em um processo ordenado de troca, uma parte dos sistemas influencia na forma que as outras partes adotam, os sistemas mantêm limites com seus ambientes, a distribuição e integração no âmbito dos sistemas são processos fundamentais para o equilíbrio destes. Dessa forma, os sistemas tendem à auto-suficiência.

A sociedade na teoria sistêmica da ação de Parsons, então, seria um tipo de sistema social que atinge o mais elevado nível de auto-suficiência em relação aos seus ambientes, ou seja, que atinge uma função da combinação equilibrada de seus controles sobre a relação da sociedade com

seus ambientes e com seu próprio estado de integração interna subjacente aos outros sistemas integrados.

Portanto, Parsons empreende uma tentativa de articular as normas dos sistemas sociais e a motivação dos indivíduos. Pode-se apontar nesse autor uma idéia de memória coletiva, contudo a lógica de uma "memória sistêmica", já que permeia todas as ações dos indivíduos no sistema social e por esse sistema a memória social é articulada. A memória é a responsável pela estruturação dos sistemas.

Já o sociólogo francês Pierre Bourdieu se propôs a criar uma macrosociologia que ele denominou de Sociologia da Ação. Ele tenta perceber as relações objetivas da sociedade que não se pode nem apontar nem tocar com as mãos e que se precisa conquistar e validar por meio do trabalho científico.

Os principais conceitos analíticos teorizados por Bourdieu são o de *Habitus* (que são as estruturas incorporadas) e o de *Campo*<sup>7</sup> (que são as estruturas objetivas). Para situar a articulação da idéia de memória com a teoria da ação de Bourdieu basta compreender o conceito de *habitus*.

Este conceito se define como sendo sistemas de disposições duráveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes, isto é, como princípio gerador e estruturador das práticas e das representações que podem ser objetivamente "reguladas" e "regulares" sem ser o produto da obediência as regras (BOURDIEU, 2007).

Mas, de uma maneira menos complexa pode-se dizer que o *habitus* corresponde a uma matriz, determinada pela posição social do indivíduo e suas disposições que lhe permitem pensar, ver e agir nas mais variadas situações. Há uma gênese de disposições introduzidas pelos indivíduos nos vários campos em que atuam. Nesse sentido, o *habitus* é uma estrutura que ajuda a interpretar o mundo social, e traduz dessa forma, estilos de vida, julgamento políticos, morais, estéticos, etc.

Portanto, pode-se dizer que a memória é parte psicossocial fundamental para se engendramos *habitus*, numa última análise *habitus* e memória tornam-se a mesma coisa. Ao apontar que são estruturas, Bourdieu está afirmando que são disposições duráveis, como os diferentes gostos das diferentes classes sociais. Mas, também podem ser estruturantes de práticas. O que vem demonstrar uma clara dinâmica objetiva da memória em consonância com o *habitus* e certa autonomia de estruturação de práticas em relação aos campos de atuação.

#### 4 A MEMÓRIA E A SOCIOLOGIA PÓS-MODERNA

A discussão sobre uma sociedade pós-moderna tem tomado corpo no âmbito das ciências sociais. De acordo com Almeida (2009), é fato que as mudanças percebidas, principalmente nas sociedades ocidentais são drásticas e invertem a lógica das estruturas e relações engendradas pela modernidade do início do século XX. São fenômenos novos que são catalisados na segunda metade do século XX, principalmente com o advento da acumulação flexível da produção

industrial e com a revolução informacional. São mudanças macro, mas que interferem diretamente nas organizações micro da vida social.

A Partir da década de 70, segue o autor, o mundo principalmente o ocidente, começa sentir os impactos de um novo modelo de sociedade, onde todas as formas de organização da vida começam a tomar novos rumos, diferentes dos engendrados pela modernidade. Várias são as denominações para explicar esse processo de continuidades e rupturas: pós-modernidade, modernidade reflexiva, modernidade líquida, hipermodernidade, dentre outros.

Para Lee (2006), essa gama de termos para designar a modernidade contemporânea vem demonstrar que a modernidade não pode mais ser concebida no singular. Não há um consenso tácito sobre o atual estágio de desenvolvimentos das sociedades. Independente do tratamento conceitual adotado, não se pode fechar os olhos para esses novos processos que atingem os indivíduos a cada dia. Observa-se atualmente uma glorificação do individualismo, do consumismo e do hedonismo resultantes do desenvolvimento de formas tecnológicas de vida que propiciam, entre outros aspectos, um gigantesco fluxo de informações e produtos.

Bauman (2001) conceitua o atual estágio de mudanças como sendo uma Modernidade Líquida, cuja característica principal se baseia numa força deformante, onde antes era sólido, agora se torna efêmero. A busca sem fim pelo supérfluo se traduz numa compulsão por comprar. O que move a atividade consumista não é um conjunto de necessidades, mas o desejo volátil e efêmero.

Giddens (1991), por sua vez, critica a idéia de pós-modernidade e procura tratar as atuais mudanças como sendo fruto de uma Modernidade Reflexiva. Para ele está se alcançando um período em que as conseqüências da modernidade estão se tornando mais radicalizadas e universalizadas do que antes. Estão emergindo novos modos de vida e organização social com reflexos diretos na vida em sociedade dos indivíduos.

Já Lipovetsky e Charles (2004) defendem a idéia de que o termo pós-modernidade para a análise do atual estágio de desenvolvimento seria incorreto, já que pressupõe um sentido de para além da modernidade, rompendo com as estruturas fundantes. Para os autores, o mundo está numa época Hipermoderna, marcada pelo excesso, pela cultura da urgência, pela hiperfuncionalidade, onde as relações se tornam tão efêmeras que podem ser recicladas.

Nesse contexto apresentado, como se articularia a questão da memória numa sociedade tão efêmera e volátil? A memória acompanha sobremaneira as formas como se teoriza os fenômenos em sociedade. A "memória pós-moderna" se caracterizaria pela velocidade de sua atuação. Não se tem mais a idéia do tradicional, mas sim, da cultura da urgência. A estruturação das relações se torna mais fraca, os significados sociais se tornam mais subjetivos ainda e a memória articula tudo isso.

Para Guimarães (1997), há um bombardeio de imagens a que os indivíduos estão sujeitos na atualidade. Na memória se depositam fragmentos de imagens, muitas delas sem sentindo algum. Assim, segue o autor, acaba por empobrecer as significações, alienando a percepção e o

esquecimento vai se apoderando da memória. Mas, do que uma crítica nostálgica desse autor, essa afirmação vem mostrar a volatilidade da memória e, conseqüentemente, dos significados sociais e das relações sociais em geral.

De acordo com a afirmação já citada nesse trabalho de Halbwachs (2004), as memórias afirmam grupos, identidades e denegam outros pela omissão. Na concepção pós-moderna de Hall (2001), a atualidade vê a emergência do sujeito pós-moderno, onde a identidade unificada e estável está se tornando fragmentada e descentrada.

O sujeito pós-moderno é composto não de uma única e acabada, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas. Nesse sentido, Stuart Hall apresenta sua perspectiva de pensar a identidade como sendo "identidades descentradas", isto é, deslocadas ou fragmentadas. Portanto, o autor procura utilizar o conceito de identidade:

Para significar o ponto de encontro, o ponto de "sutura", entre, por um lado, os discursos e as práticas que tentam nos "interpelar", nos falar ou nos envolver para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividades, que nos constroem como sujeitos nos quais se pode "falar". As identidades são, pois, pontos de apego temporário às posições-de-sujeito que as práticas discursivas constroem para nós (HALL, 2000, p. 111-112).

Seguindo a concepção de Hall (2001), a partir do final do século XX, transformações nas sociedades estão cada vez mais fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, sexualidade, etnia, raça e nacionalidade. Essas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a idéia de indivíduos integrados. Sendo assim, o sujeito pós-moderno de Stuart Hall não possui uma identidade fixa, essencial e, sobretudo, permanente.

Isso vem demonstrar, segundo Bauman (2001) que as identidades parecem fixas e sólidas somente quando vista de relance. As identidades na pós-modernidade são voláteis e instáveis. Há um grau de liberdade de selecionar a própria identidade e mantê-la o quanto desejado, sendo esse o verdadeiro caminho para a realização das fantasias de identidades. "A identidade só nós é revelada como algo a ser inventado, e não descoberto" (BAUMAN, 2005, p. 23).

A atual sociedade é marcada pela identificação, não mais pela padronização geral e excessiva dos fenômenos. Cada indivíduo é responsável por si mesmo, pela sua identidade, pelos seus caminhos nos meandros das relações sociais. Por isso, as formas são fabricadas, são moldadas a cada gosto, a cada grupo e a cada modismo que aparece. Nesse sentido, a memória pós-moderna também pode ser fabricada. A moda da autoestima hoje é algo trabalhado diretamente na memória, o que se quer deixar na memória, o que se tira, tudo para o indivíduo se sentir bem e feliz.

A memória continua a guiar os indivíduos, a memória continua dando sentido aos símbolos e significados sociais para as relações dos indivíduos, a memória continua estruturando os fenômenos prendendo o indivíduo à sociedade, a memória está em toda parte auxiliando as pessoas. Ao

chegar à pós-modernidade a memória teve que se transformar, se as relações são efêmeras, então isso só é possível porque a memória também se tornou algo efêmero.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal consideração a se fazer é que se tentou nesse artigo não reduzir a idéia de memória a uma forma simples de ver o conceito, muito menos situando em qual parte constitutiva do indivíduo ela se encontra. Ela é fisiológica, é psicológica e, principalmente, é social. A articulação dessas três características faz da memória um conceito complexo que varia conforme se modifica a explicação sociológica.

Essa é a questão central deste artigo, entender que o conceito de memória não é estático, mas que ele vai se modificando conforme se alteram as explicações sobre a constituição e funcionamento da sociedade. Como se viu, a memória pode ser entendida como coletiva, subjetiva, materialista e dialética, sistêmica, como um *habitus* ou ainda como pós-moderna.

Muitas outras macroteorias sociológicas ou ainda microteorias podem se destrinchadas no intuito de identificar o lugar de memória no cerne de suas explicações. Não há possibilidade de que uma teoria sociológica não apresente uma discussão sobre as relações entre os indivíduos sem passar pela discussão da memória. Por muito tempo as grandes teorias sociológicas fizeram isso, passaram por cima, de lado, chegaram a falar sobre, mas não aprofundaram no conceito. Fica aí uma ótima dica para os sociólogos, todo objeto empírico possui memória.

## NOTAS

<sup>1</sup> Possi Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (2002), Mestrado em Sociologia pela Universidade Federal de Goiás (2005) e, atualmente, Doutorando em Sociologia pela Universidade de Brasília (2008). Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq. Autor do livro *Gastroplastia e a Reconstrução da Identidade*, publicado pela Cànone Editorial. Organizador do livro *Goiás e a (Pós) Modernidade: Dimensões e Reflexões* pela Editora da PUC-GO. Tem experiência na área de Sociologia, Antropologia e Metodologia Científica, com ênfase em Sociologia da Cultura, Antropologia Cultural, Sociologia do Trabalho, Sociologia Aplicada à Administração e Sociologia Jurídica, atuando principalmente nos seguintes temas: identidade e diferenças culturais, desigualdades, políticas públicas e qualificação profissional. E-mail: rogerioufg@hotmail.com.

<sup>2</sup> Palestra proferida no ano de 1999 no auditório Luis Palacin da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal de Goiás.

<sup>3</sup> Segundo Durkheim (1995, p. 11), é fato social toda a maneira de agir, fixa ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coerção exterior; ou então ainda, que é geral na extensão de uma dada sociedade, apresentando uma existência própria, independente das manifestações individuais que possa ter.

<sup>4</sup> Para Weber, ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros). Os outros podem ser indivíduos e conhecidos ou uma multiplicidade indeterminada de pessoas completamente desconhecidas (2000, p. 13-14).

<sup>5</sup> Por relação social entendemos o comportamento reciprocamente referido quanto a seu conteúdo de sentido por uma pluralidade de agentes e que se orienta por essa referência. A relação social *consiste*, portanto, completa e exclusivamente na *probabilidade* de que se aja socialmente numa forma indicável (pelo sentido), não importando, por enquanto, em que

se baseia essa probabilidade (2000, p. 16).

<sup>6</sup> Afirma a contradição, o conflito, como a própria substância da realidade, a qual se supera num processo incessante de negação, conservação e síntese. Os fenômenos contêm em si um movimento, uma tendência, uma inquietação, são cheios de negação em si.

<sup>7</sup> Na perspectiva de Bourdieu, o espaço social global seria como um *campo*, isto é, ao mesmo tempo como um campo de forças, cuja necessidade se impõe aos agentes que nele se encontram envolvidos, e como um campo de lutas, no interior do qual os agentes se enfrentam, com meios e fins diferenciados, conforme sua posição na estrutura do campo de forças, contribuindo assim para a conservação ou a transformação de sua estrutura (1996, p. 50).

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Rogério José de. O corpo como produtor de identidade: o estigma da obesidade em Goiânia. In: ALMEIDA, Rogério José de; MARINHO, Thaís Alves; MACEDO, José Eduardo; BRITTO, Clóvis Carvalho (orgs.). *Goiás e a (pós) modernidade: dimensões e reflexões*. Goiânia: Editora da UCG, 2009.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade Líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

\_\_\_\_\_. *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp; Porto Alegre: Zouk, 2007.

\_\_\_\_\_. *Razões práticas: sobre a teoria da ação*. Campinas: Papius, 1996.

DOMINGUES, José Maurício. Sociologia da cultura, memória e criatividade social. *Dados*, Rio de Janeiro, v. 42, n. 2, 1999.

DURKHEIM, Émile. *As regras do método sociológico*. 15. ed. São Paulo: Nacional, 1995.

\_\_\_\_\_. *As formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

GIDDENS, Antony. *As conseqüências da modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GUIMARÃES, Cesar. *Imagens da memória: entre o legível e o visível*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1997.

HALBWCHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade?. In: SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

\_\_\_\_\_. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 5. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LEE, Raymond L. M. **Reinventing modernity: reflexive modernization vs liquid modernity vs multiple modernities**. *European Journal of Social Theory*, v. 9, n. 3, 2006, p. 355-368.

LIPOVETSKY, Gilles; CHARLES, Sebatién. *Os tempos hipermodernos*. São Paulo: Bacarolla, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *O manifesto comunista*. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999. \_\_\_\_\_. *A ideologia alemã: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

PARSONS, Talcott. *Sociedade: perspectivas evolutivas e comparativas*. São Paulo: Pioneira, 1969.

POLLACK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, 2 (3): 3-15, Rio de Janeiro, 1989.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. *Revista Brasileira de História*, v. 23, n. 45, São Paulo: julho, 2003.

WEBER, Max. *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. v. 1. 4. ed. Brasília: Editora da UnB, 2000.

Recebido em: 05/07/2010

Aceito para publicação em: 08/11/2011